

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.560 - SP (2018/0334639-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DO RESIDENCIAL FAZENDA SAO SILVANO**  
**ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO GARCIA DE MIGUEL - SP132433**  
**ANA PAULA VICENTINI METZNER - SP187182**  
**AGRAVADO : RODRIGO DE MORAES SALLES**  
**AGRAVADO : MARIANA MASSON**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS DE MORAES SALLES FILHO - SP045313**  
**BRUNO BONTURI VON ZUBEN - SP206768**  
**MARIANA MASSON - SP194566**  
**RODRIGO DE MORAES SALLES - SP187636**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude de o acórdão recorrido estar em consonância com tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos, cuja intimação efetivou-se já na égide do novo Código de Processo Civil.

É o breve relato do necessário.

Decido.

Consoante o disposto no art. 1.030, § 2º, do Código de Processo Civil, é cabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 1.030, I, *b*, do mesmo Códex Processual. Confira-se:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

[...]

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Na hipótese, a decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que não há mais dúvidas objetivas acerca do recurso cabível.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso III, do Código de

Processo Civil, **não conheço do presente agravo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

